



RELATÓRIO INSTITUCIONAL

PRINCIPAIS ATUAÇÕES DA ABRACRIM NA DEFESA DAS PRERROGATIVAS DA ADVOCACIA CRIMINAL BRASILEIRA

Com destaque para a atuação perante STF, STJ, CNJ, CNMP, OAB, Congresso Nacional e demais instituições

Levantamento cronológico das ações, intervenções, manifestações,
campanhas e fontes de repercussão institucional

Período: agosto de 2022 a setembro de 2026

Brasília, setembro de 2026

1. APRESENTAÇÃO

O presente relatório amplia e atualiza o levantamento anteriormente dedicado à atuação da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas - ABRACRIM perante o Supremo Tribunal Federal. Mantém-se a mesma metodologia cronológica e analítica, agora com escopo mais abrangente para registrar ações relacionadas à defesa das prerrogativas da advocacia criminal brasileira perante tribunais superiores, órgãos de controle, Ordem dos Advogados do Brasil, Congresso Nacional, autoridades estaduais e demais espaços institucionais.

A ampliação decorre da incorporação das matérias indicadas para esta atualização e de varredura adicional na internet, com prioridade para o portal oficial da ABRACRIM, fontes oficiais externas e publicações jornalísticas que documentam ou repercutem a atuação da entidade. Foram preservadas as 26 ocorrências do relatório anterior e acrescentados registros autônomos sempre que a publicação documenta atuação, resultado, campanha, medida estrutural ou repercussão relevante distinta.

Para evitar dupla contagem, matérias repetidas pelo mesmo endereço eletrônico foram consolidadas. Retrospectivas anuais e publicações de memória institucional permanecem no levantamento porque constituem fontes próprias, mas são identificadas como fontes consolidadoras e não são utilizadas para multiplicar as ocorrências concretas já individualizadas.

O resultado evidencia uma atuação progressivamente diversificada: peticionamentos e ações constitucionais; pedidos de providências e procedimentos de controle; ingresso como amicus curiae; audiências públicas; notas técnicas; incidência legislativa; campanhas nacionais; agravos; proteção de advogados em casos concretos; diálogo com a OAB e autoridades; e criação de estruturas permanentes de monitoramento, como o Observatório das Prerrogativas e o Painel Nacional das Prerrogativas.

2. SÍNTESE EXECUTIVA

Entre agosto de 2022 e 10 de setembro de 2026, o levantamento ampliado reúne 101 publicações e fontes documentais relacionadas à atuação da ABRACRIM na defesa da advocacia criminal, das prerrogativas profissionais, do direito de defesa e das garantias constitucionais. O material está distribuído cronologicamente em 5 registros de 2022, 21 de 2023, 19 de 2024, 31 de 2025 e 25 de 2026.

- Ações e intervenções estratégicas: ações de controle concentrado no STF, pedidos e manifestações, habeas corpus, amicus curiae e participação em precedentes relevantes no STJ e em outras Cortes.
- Defesa das prerrogativas da advocacia criminal perante órgãos de controle: atuações no CNJ e no CNMP em temas como sustentação oral, “juiz sem rosto”, urbanidade institucional, gravação de atos processuais e responsabilização por ofensas a advogados.
- Sustentação oral e julgamentos virtuais: eixo contínuo entre 2023 e 2026, com campanhas, manifestações ao STJ e CNJ, articulação com a OAB e pedido de exclusão dos processos criminais da Resolução CNJ 591/2024.
- Defesa em casos concretos: apoio, agravo, representação e acompanhamento de advogados diante de ameaças, prisões, expulsões de unidades policiais, constrangimentos em plenário e outras ocorrências de possível violação de prerrogativas.
- Incidência legislativa e normativa: atuação sobre o art. 265 do CPP, investigação defensiva, sigilo advogado-cliente, acompanhamento de projetos no Congresso Nacional e formulação de documentos programáticos da advocacia criminal.
- Estrutura permanente de proteção: criação de grupos de trabalho, protocolos, Núcleo Estratégico de Amicus Curiae, Observatório das Prerrogativas e Painel Nacional das Prerrogativas, sinalizando passagem de respostas episódicas para monitoramento e atuação institucional continuada.

3. QUADRO-RESUMO DAS ATUAÇÕES

Relação em ordem cronológica crescente. Os links da última coluna são clicáveis.

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
26/08/2022	Carta à Nação Brasileira	Manifestação institucional relacionada ao STF	Inquéritos em tramitação no STF	Acessar
22/10/2022	Nota de repúdio a declaração misógina e em solidariedade à ministra do STF Cármen Lúcia	Manifestação institucional relacionada ao STF	-	Acessar
25/10/2022	Abracrim protocola no STF pedido de revogação da exigência de autorização expressa para que pessoas acusadas tenham acesso livremente aos seus advogados	Peticionamento institucional perante o STF	Pedido perante o STF	Acessar
26/10/2022	Nota de repúdio da ABRACRIM-MA em defesa das prerrogativas da advocacia	Manifestação estadual em defesa de prerrogativas	Agressões e desrespeito ao exercício profissional	Acessar
07/11/2022	Advogados criminalistas defendem a inconstitucionalidade da execução imediata de condenação imposta pelo Tribunal do Júri	Controle concentrado de constitucionalidade	ADI 6.735	Acessar
08/01/2023	Nota em repúdio aos atos de violência e vandalismo e pela urgente manutenção da ordem constitucional	Manifestação institucional nacional	8 de janeiro / ordem constitucional / democracia	Acessar
10/01/2023	Abracrim lança campanha nacional em defesa do Estado Democrático de Direito	Campanha e mobilização institucional	O Protagonismo da Advocacia Criminal na Defesa do Estado Democrático de Direito	Acessar
20/01/2023	Abracrim encaminha ao STF pedido de garantia do livre exercício da advocacia criminal que atua para acusados e investigados pelos atos de Brasília	Peticionamento institucional perante o STF	8 de janeiro / acesso a clientes e autos / livre exercício profissional	Acessar
20/01/2023	ConJur noticia atuação da Abracrim em defesa das prerrogativas de advogados de presos em Brasília	Cobertura externa / repercussão da atuação	Pedido da ABRACRIM ao STF após o 8 de janeiro	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
14/03/2023	Comissão Nacional do Tribunal do Júri da Abracrim anuncia atuação nas discussões sobre o tema no STF e no Congresso Nacional	Organização institucional para atuação perante o STF	Temas relativos ao Tribunal do Júri	Acessar
06/04/2023	Abracrim atua na defesa de advogado ameaçado em Tribunal do Júri no Espírito Santo	Intervenção em caso concreto / atuação no STJ	Segurança da advocacia / Tribunal do Júri / HC no STJ	Acessar
10/04/2023	Nota em repúdio a fala do Governador de Mato Grosso que atacou a advocacia criminal sem provas	Manifestação institucional em defesa da advocacia	Estigmatização e criminalização da advocacia criminal	Acessar
20/04/2023	Abracrim participa do Encontro Nacional de Defesa de Prerrogativas em Brasília	Articulação institucional com a OAB	Sistema nacional de defesa de prerrogativas	Acessar
04/05/2023	Abracrim encaminha parecer ao STJ sobre a Súmula 231 e os limites da dosimetria da pena	Intervenção técnica perante o STJ	REsp 2.057.181/SE / Súmula 231	Acessar
17/05/2023	STJ registra participação da Abracrim em audiência pública sobre possível revisão da Súmula 231	Participação em audiência pública no STJ	REsp 2.057.181/SE / Súmula 231	Acessar
15/06/2023	OAB Amazonas registra mudanças históricas para a advocacia criminal após atuação conjunta com a Abracrim-AM	Articulação institucional estadual	Acesso e condições de trabalho em unidades prisionais no Amazonas	Acessar
22/06/2023	Abracrim celebra 30 anos com Carta Aberta em defesa das prerrogativas da advocacia criminal e da democratização da justiça penal	Carta institucional / formulação de agenda nacional	Carta de Brasília da ABRACRIM e da Advocacia Criminal Brasileira	Acessar
12/09/2023	Abracrim encaminha expediente à OAB Nacional para criação da Frente Nacional de Defesa da Advocacia Criminal	Articulação institucional e proposição à OAB	Criminalização da advocacia / honorários / investigações contra defensores	Acessar
14/09/2023	Abracrim pede providências ao CNMP contra promotor que agrediu verbalmente advogada no Amazonas	Pedido de providências perante o CNMP	Prerrogativas / urbanidade / violência institucional e misoginia	Acessar
18/09/2023	Abracrim 30 anos: uma história que se consolida e o olhar para o futuro	Artigo institucional / memória da atuação	Três décadas de defesa das prerrogativas e do Estado Democrático de Direito	Acessar
18/09/2023	Abracrim publica manifestação em defesa do respeito e da urbanidade aos advogados e	Manifestação institucional relacionada ao STF	Julgamentos do 8 de janeiro	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
	advogadas criminalistas que atuam nos julgamentos relacionados ao 8 de janeiro			
26/09/2023	Abracrim se posiciona contra julgamentos pelo Plenário Virtual do STF dos réus do 8 de janeiro	Manifestação institucional em defesa de prerrogativas	Julgamentos do 8 de janeiro / Plenário Virtual	Acessar
13/11/2023	Abracrim lança campanha nacional em defesa das prerrogativas da advocacia	Campanha nacional de prerrogativas	Sustentação oral / plenários virtuais / voz da defesa	Acessar
14/11/2023	Projeto de lei de iniciativa defendida pela Abracrim que extingue a multa do art. 265 do CPP é aprovado e vai à sanção	Incidência legislativa	PL 4.727/2020 / multa por abandono de processo	Acessar
07/12/2023	Abracrim celebra criação do Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas	Fortalecimento de mecanismos de proteção profissional	Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas	Acessar
26/12/2023	Retrospectiva Abracrim 2023	Retrospectiva institucional / fonte consolidada	Ações de 2023 em defesa da advocacia criminal	Acessar
08/01/2024	Abracrim reforça defesa da democracia e da advocacia criminal em relação aos atos de 8 de janeiro	Manifestação institucional nacional	8 de janeiro / democracia / garantias da defesa	Acessar
31/01/2024	Abracrim retoma grupo de trabalho para discutir ações e orientar a advocacia criminal sobre riscos do exercício profissional	Organização institucional / prevenção de violência	Segurança de advogados criminalistas	Acessar
09/02/2024	Abracrim protocola manifestação no STF contra veto à comunicação entre advogados de investigados pela Polícia Federal	Peticionamento institucional perante o STF	Investigação da Polícia Federal	Acessar
16/02/2024	Vitória da Advocacia Criminal: STF decide que inexistente proibição à comunicação entre advogados	Resultado de atuação institucional perante o STF	Investigação da Polícia Federal	Acessar
23/05/2024	Abracrim entrega à OAB Nacional documento com postulados da advocacia criminal	Interlocução institucional com a OAB	Prerrogativas / direitos humanos / valorização da advocacia criminal	Acessar
10/06/2024	Carta de Vitória defende democratização da justiça criminal e combate à criminalização da advocacia	Carta institucional / agenda nacional	EBAC 2024 / criminalização da advocacia / prerrogativas	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
13/06/2024	Parecer encaminhado pela Abracrim é citado em voto no julgamento sobre revisão da Súmula 231 do STJ	Resultado de atuação técnica perante o STJ	Súmula 231 / dosimetria da pena	Acessar
18/06/2024	Abracrim entrega “Carta de Vitória da Advocacia Criminal Brasileira” ao presidente do STF e do CNJ, Luís Roberto Barroso	Interlocução institucional com a Presidência do STF	Carta de Vitória da Advocacia Criminal Brasileira	Acessar
19/06/2024	Abracrim elabora Nota Técnica sobre orientação do CNMP relativa a gravações audiovisuais em audiências e sessões do Júri	Nota técnica em defesa de prerrogativas	Gravação audiovisual de atos processuais	Acessar
07/08/2024	Abracrim encaminha manifestação ao STJ contra ampliação de processos submetidos ao julgamento virtual	Manifestação institucional perante o STJ	Julgamentos virtuais / sustentação oral / Emenda Regimental 125	Acessar
16/08/2024	Abracrim manifesta preocupação sobre indícios de ilicitudes quanto ao método e rito estabelecidos para dar base a decisões de ministros do STF e do TSE	Manifestação institucional relacionada ao STF	Atuação STF/TSE	Acessar
14/09/2024	Abracrim publica manifestação sobre decisão do STF pela execução imediata da pena após condenação pelo Tribunal do Júri	Manifestação e acompanhamento de ação constitucional	ADI 6.735 / Tema 1.068	Acessar
29/10/2024	Abracrim lança cartilha de protocolos na defesa das prerrogativas e na prevenção da violência contra a mulher	Produção de protocolo institucional	Prerrogativas / prevenção de violência / advocacia feminina	Acessar
12/11/2024	Abracrim participa de audiência pública no STF sobre regulamentação das bets	Participação em audiência pública no STF	ADI 7.721	Acessar
28/11/2024	Abracrim repudia e adota providências sobre pronunciamento do Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso	Representação e medidas institucionais	Sigilo advogado-cliente / criminalização da advocacia	Acessar
12/12/2024	Investigação defensiva como prerrogativa: OAB aprova proposta apoiada pela Abracrim para inclusão no Estatuto da Advocacia	Articulação institucional e proposição normativa	Investigação defensiva / Estatuto da Advocacia	Acessar
12/12/2024	OAB reconhece trabalho da Abracrim na defesa da advocacia e na proposição de projeto de lei sobre sustentação oral no plenário virtual	Articulação institucional OAB/CNJ/Congresso	Resolução CNJ 591/2024 / sustentação oral síncrona	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
12/2024	Abracrim: Mais de três décadas defendendo a advocacia criminal e a democracia	Cobertura externa / entrevista institucional	Revista Justiça em Foco - edição 143, dezembro de 2024	Acessar
26/12/2024	Retrospectiva Abracrim 2024	Retrospectiva institucional / fonte consolidada	Ações de 2024 em defesa da advocacia criminal	Acessar
08/01/2025	Abracrim publica manifesto sobre o 8 de janeiro e reafirma compromisso com a democracia e a advocacia criminal	Manifestação institucional relacionada ao STF	Julgamentos e investigações do 8 de janeiro	Acessar
24/01/2025	Abracrim repudia resolução do STJ que limita a voz da advocacia em julgamentos virtuais	Manifestação institucional perante o STJ e CNJ	Resolução STJ 3/2025 / julgamentos virtuais / sustentação oral	Acessar
30/01/2025	CNJ suspende prazos da Resolução 591/2024 e Abracrim mantém defesa da sustentação oral síncrona	Acompanhamento e resultado parcial de atuação institucional	Resolução CNJ 591/2024	Acessar
13/02/2025	Abracrim intensifica mobilização nacional sobre impactos da Resolução 591/2024 do CNJ	Mobilização nacional de prerrogativas	Sustentação oral / Resolução CNJ 591/2024	Acessar
16/04/2025	Abracrim se posiciona contra decisões que negam intimação de testemunhas de defesa	Manifestação institucional em defesa da paridade de armas	Art. 396-A do CPP / testemunhas de defesa	Acessar
16/04/2025	“Justiça Não se Faz em Silêncio”: campanha reforça a importância da sustentação oral síncrona	Campanha nacional de prerrogativas	Resolução CNJ 591/2024 / sustentação oral ao vivo	Acessar
23/04/2025	Abracrim contesta vedação ao uso de celulares por advogados em sessão do STF	Comunicação institucional em defesa de prerrogativas	Primeira Turma do STF	Acessar
09/05/2025	Abracrim solicita ingresso como amicus curiae em caso sobre testemunhos indiretos no Tribunal do Júri	Pedido de ingresso como amicus curiae	RE 1.501.524 / Tema 1.392	Acessar
14/05/2025	Vitória da advocacia criminal: decisão garante inspeção alternativa para advogadas grávidas em presídios do RS	Atuação em prerrogativas de advogadas	Acesso a unidades prisionais / proteção à gestante	Acessar
28/05/2025	Abracrim participa do Encontro Nacional de Prerrogativas da OAB Nacional	Articulação institucional com a OAB	Agenda nacional de prerrogativas	Acessar
11/07/2025	Juízes sem rosto de Santa Catarina? Não admitiremos	Artigo técnico-institucional	Resolução TJSC 7/2025 / juiz natural / defesa	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
21/07/2025	Abracrim aponta inconstitucionalidade e pede ao CNJ anulação de resolução do TJSC que cria vara de organizações criminosas	Procedimento de Controle Administrativo no CNJ	Resolução TJSC 7/2025 / “juiz sem rosto”	Acessar
24/07/2025	A inconstitucionalidade da Vara Estadual de Organizações Criminosas em Santa Catarina: juízes sem rosto e riscos à defesa e à democracia	Artigo técnico / suporte ao debate institucional	Resolução TJSC 7/2025	Acessar
08/08/2025	Abracrim afirma que alterações do TJ-SC em resolução do “juiz sem rosto” não afastaram riscos à advocacia criminal	Acompanhamento de Procedimento de Controle Administrativo	Resoluções TJSC 7/2025 e 23/2025	Acessar
26/08/2025	Abracrim é homenageada com Voto de Aplauso na Câmara Municipal de João Pessoa	Reconhecimento institucional	Advocacia livre e defesa das prerrogativas	Acessar
28/08/2025	Abracrim participa de desagravo público em Pernambuco em defesa de advogados expulsos de unidade policial	Desagravo e defesa de prerrogativas em caso concreto	Acesso a unidade policial / exercício profissional	Acessar
09/09/2025	Ato Presidencial nº 61/2025 designa representação da Abracrim perante o Legislativo para defesa de prerrogativas	Organização institucional para incidência legislativa	Prerrogativas / PL 2.646/2025 e matérias correlatas	Acessar
16/09/2025	Abracrim acompanha oitiva de associado vítima de suposta violação de prerrogativas no Maranhão	Acompanhamento e representação em caso concreto	Prerrogativas / Maranhão	Acessar
17/09/2025	32 anos de protagonismo da Abracrim na defesa da advocacia criminal	Memória institucional / consolidação histórica	Defesa das prerrogativas / trajetória institucional	Acessar
19/09/2025	Após solicitação da Abracrim, OAB-SP promove desagravo em favor da advogada Juliana Jordão Baier de Azevedo	Desagravo e defesa de prerrogativas	Atuação profissional de advogada criminalista	Acessar
27/09/2025	Abracrim oficia parlamentares e cobra respeito às prerrogativas durante sessões da CPMI do INSS	Incidência perante o Congresso Nacional	CPMI do INSS / tratamento da advocacia	Acessar
06/10/2025	Abracrim é admitida como amicus curiae em julgamento sobre o direito ao silêncio no STF	Atuação como amicus curiae	RE 1.177.984/SP / Tema 1.185	Acessar
08/10/2025	Abracrim ingressa com ADPF no STF para garantir a efetividade da lei federal que permite gravação de audiências pela advocacia	Controle concentrado de constitucionalidade	ADPF - gravação de audiências	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
15/10/2025	Abracrim-ES lança campanha contra a criminalização da advocacia e em defesa das prerrogativas profissionais	Campanha estadual de prerrogativas	Criminalização da advocacia	Acessar
20/10/2025	Abracrim participa de solenidade de lançamento das ações do plano Pena Justa na Paraíba e entrega a Carta de João Pessoa da Advocacia Criminal ao presidente do STF	Interlocução institucional com a Presidência do STF e do CNJ	Plano Pena Justa / Carta de João Pessoa da Advocacia Criminal	Acessar
10/11/2025	Abracrim denuncia abusos e defende prerrogativas após prisão de advogados em Manaus	Intervenção em caso concreto / defesa institucional	Prisão de advogados / Manaus	Acessar
21/11/2025	Abracrim critica monitoramento entre advogado e constituinte previsto no PL 5.582/2025	Incidência legislativa / manifestação institucional	Sigilo advogado-cliente / PL 5.582/2025	Acessar
25/11/2025	Abracrim-RS atua para garantir prerrogativas após negativa de adiamento de audiência a advogado internado	Intervenção judicial em caso concreto	Saúde do advogado / adiamento de audiência / prerrogativas	Acessar
28/11/2025	Abracrim lança campanha nacional de fortalecimento institucional e valorização da advocacia criminal	Campanha nacional	Valorização profissional / defesa de prerrogativas	Acessar
28/11/2025	Abracrim-MT publica nota de repúdio após fala do governador Mauro Mendes criminalizando a advocacia criminal	Manifestação estadual em defesa da advocacia	Criminalização da advocacia / Mato Grosso	Acessar
26/12/2025	Retrospectiva Abracrim 2025	Retrospectiva institucional / fonte consolidada	Ações de 2025 em defesa da advocacia criminal	Acessar
08/01/2026	Abracrim reafirma compromisso com a democracia e a independência institucional	Manifestação institucional relacionada ao STF	8 de janeiro / instituições republicanas	Acessar
13/02/2026	Abracrim divulga manifesto formal contra ameaças e ataques a advogados em Brasília	Manifestação e proteção institucional em caso concreto	Ameaças e violência contra advogados criminalistas	Acessar
27/02/2026	Abracrim celebra 135 anos do STF e reforça devido processo legal e respeito às prerrogativas da advocacia criminal	Manifestação institucional relacionada ao STF	STF / devido processo / prerrogativas	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
12/03/2026	Ato Presidencial Nacional nº 06/2026 cria Núcleo Estratégico de Amicus Curiae	Estruturação institucional para litigância estratégica	Amicus curiae / precedentes relevantes	Acessar
14/04/2026	Abracrim ingressa no STF com ADI contra a Lei Antifacção	Controle concentrado de constitucionalidade	ADI 7.956	Acessar
16/04/2026	Nova diretoria da Abracrim-SP prioriza defesa das prerrogativas e atuação contra julgamentos virtuais	Articulação estadual e atuação perante o CNJ	Resolução CNJ 591/2024	Acessar
28/04/2026	Abracrim atua no CNMP e no CNJ em defesa das prerrogativas e do Estado de Direito	Atuação simultânea perante CNMP e CNJ	Caso Catharina Estrella / Resolução TJSC 7/2025	Acessar
28/04/2026	Vitória da advocacia criminal: atuação da Abracrim resulta em punição no CNMP por ofensas misóginas contra advogada	Resultado de pedido de providências no CNMP	Caso Catharina Estrella	Acessar
12/05/2026	STJ afasta sanção judicial contra advogados e reforça independência da defesa	Precedente judicial relevante às prerrogativas	RMS 75.248/RS / competência disciplinar da OAB	Acessar
29/05/2026	Abracrim protocola pedido contra a Resolução 591 no CNJ e requer exclusão dos processos criminais dos julgamentos virtuais	Pedido de Providências perante o CNJ	Resolução CNJ 591/2024 / processos criminais / sustentação oral	Acessar
30/05/2026	Manifestação institucional da Abracrim na defesa do associado Talvane Robson Mota de Moura	Defesa institucional em caso concreto	Criminalização do exercício profissional	Acessar
15/06/2026	Abracrim participa de sessão do Conselho Federal da OAB e da I Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas	Participação institucional na agenda nacional da OAB	I Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas da Advocacia	Acessar
17/06/2026	Abracrim reforça protagonismo na defesa das prerrogativas durante a 1ª Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas da Advocacia Brasileira	Participação em conferência nacional de prerrogativas	Criminalização da advocacia / sistema de prerrogativas	Acessar
17/06/2026	OAB Nacional registra debate sobre criminalização da advocacia com participação da Abracrim	Cobertura oficial externa	I Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas	Acessar
24/06/2026	Abracrim institui Observatório das Prerrogativas e lança Painel Nacional das Prerrogativas	Estrutura permanente de monitoramento	Observatório das Prerrogativas / Painel Nacional / tecnologia e IA	Acessar

Data	Matéria	Natureza da atuação	Processo / tema	Link
14/07/2026	Abracrim impetra habeas corpus coletivo no TJCE e é habilitada como amicus curiae no STJ em discussão sobre gravação de atendimentos entre advogados e clientes	Habeas corpus e amicus curiae	Sigilo advogado-cliente / gravação de atendimentos / STJ	Acessar
12/08/2026	Abracrim realiza visita institucional à Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Amapá	Interlocução institucional estadual	Segurança pública / condições de atuação da advocacia criminal	Acessar
24/08/2026	Abracrim participa de audiência pública no STF sobre a Lei Antifacção	Participação em audiência pública no STF	ADI 7.956 e ações correlatas	Acessar
25/08/2026	Abracrim defende garantias constitucionais em audiência pública no STF sobre a Lei Antifacção	Participação em audiência pública no STF	ADI 7.956 e ações correlatas	Acessar
01/09/2026	Setembro Abracrim: celebração de 33 anos de história, união e fortalecimento da advocacia criminal	Memória institucional e mobilização	33 anos / defesa das prerrogativas	Acessar
02/09/2026	Abracrim defende a preservação da credibilidade do STF e posiciona-se pelo afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes	Manifestação institucional relacionada ao STF	Preservação da credibilidade institucional do STF	Acessar
03/09/2026	ConJur: Abracrim-SP vê julgamentos virtuais como reducionismo do direito de defesa	Cobertura externa / entrevista	Julgamentos virtuais / sustentação oral	Acessar
03/09/2026	Julgamentos virtuais representam retrocesso ao direito de defesa, afirma presidente da Abracrim-SP	Manifestação pública / repercussão externa	Resolução CNJ 591/2024 / julgamentos virtuais	Acessar
04/09/2026	Abracrim lança campanha em defesa da Constituição, das instituições republicanas e do Estado Democrático de Direito	Campanha e mobilização institucional	Constituição, instituições republicanas e democracia	Acessar
04/09/2026	Abracrim protocola manifestação no STF pedindo apuração rigorosa e afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes	Peticionamento institucional perante o STF	Manifestação dirigida à Presidência do STF	Acessar

4. RELATÓRIO CRONOLÓGICO DETALHADO

As ocorrências abaixo estão organizadas pela data de publicação, da mais antiga para a mais recente. Cada registro indica a natureza da atuação, o tema/processo, uma síntese objetiva e o acesso à fonte correspondente.

2022

1. 26/08/2022 - Carta à Nação Brasileira

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** Inquéritos em tramitação no STF | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Em Carta à Nação Brasileira, a ABRACRIM manifestou preocupação com decisões proferidas em inquéritos em tramitação no Supremo Tribunal Federal relacionados a fake news, atos antidemocráticos e desobediência. A entidade reafirmou seu compromisso com o Estado Democrático de Direito e, simultaneamente, defendeu a observância do devido processo legal, do direito de defesa, das liberdades públicas e das garantias constitucionais, ressaltando a missão institucional do STF de atuar nos limites da Constituição.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

2. 22/10/2022 - Nota de repúdio a declaração misógina e em solidariedade à ministra do STF Cármen Lúcia

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM repudiou publicamente declarações ofensivas dirigidas à ministra Cármen Lúcia, associando a defesa da dignidade da integrante da Suprema Corte ao respeito às mulheres, ao Estado de Direito e às instituições democráticas. Trata-se de manifestação institucional relacionada ao STF, e não de atuação processual perante a Corte.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

3. 25/10/2022 - Abracrim protocola no STF pedido de revogação da exigência de autorização expressa para que pessoas acusadas tenham acesso livremente aos seus advogados

Natureza da atuação: Peticionamento institucional perante o STF | **Processo/tema:** Pedido perante o STF | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Atuação direta perante o Supremo em defesa das prerrogativas profissionais e do direito de defesa. A entidade requereu a revogação da exigência de autorização para que acusados privados de liberdade pudessem ter acesso aos seus advogados, invocando o art. 5º, LXIII, da Constituição e as prerrogativas previstas no Estatuto da Advocacia.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

4. 26/10/2022 - Nota de repúdio da ABRACRIM-MA em defesa das prerrogativas da advocacia

Natureza da atuação: Manifestação estadual em defesa de prerrogativas | **Processo/tema:** Agressões e desrespeito ao exercício profissional | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A representação maranhense da ABRACRIM repudiou episódios de agressão e desrespeito contra profissionais da advocacia e reafirmou a defesa intransigente das prerrogativas

como condição para o exercício independente da defesa técnica e para a própria regularidade da Justiça.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

5. 07/11/2022 - Advogados criminalistas defendem a inconstitucionalidade da execução imediata de condenação imposta pelo Tribunal do Júri

Natureza da atuação: Controle concentrado de constitucionalidade | **Processo/tema:** ADI 6.735 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria registra o posicionamento da ABRACRIM contra a execução automática da pena decorrente de condenação pelo Tribunal do Júri e destaca a ADI nº 6.735, proposta pela entidade perante o STF para questionar dispositivos do art. 492 do CPP introduzidos pela Lei nº 13.964/2019. O eixo da atuação está na defesa da presunção de inocência, do duplo grau de jurisdição e da impossibilidade de execução antecipada da pena sem fundamento cautelar.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

2023

6. 08/01/2023 - Nota em repúdio aos atos de violência e vandalismo e pela urgente manutenção da ordem constitucional

Natureza da atuação: Manifestação institucional nacional | **Processo/tema:** 8 de janeiro / ordem constitucional / democracia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM repudiou as invasões e os atos de vandalismo ocorridos em Brasília, defendeu a responsabilização dos envolvidos na forma da lei e exigiu a restauração da paz, do respeito institucional e da observância da Constituição. O registro contextualiza a atuação posterior da entidade em defesa simultânea da democracia e das garantias da advocacia.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

7. 10/01/2023 - Abracrim lança campanha nacional em defesa do Estado Democrático de Direito

Natureza da atuação: Campanha e mobilização institucional | **Processo/tema:** O Protagonismo da Advocacia Criminal na Defesa do Estado Democrático de Direito | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Na sequência dos atos de 8 de janeiro, a entidade lançou mobilização nacional para reafirmar a importância da advocacia criminal na defesa da Constituição, das instituições e das garantias fundamentais. A campanha vinculou expressamente a proteção da democracia ao fortalecimento das prerrogativas profissionais e do devido processo legal.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

8. 20/01/2023 - Abracrim encaminha ao STF pedido de garantia do livre exercício da advocacia criminal que atua para acusados e investigados pelos atos de Brasília

Natureza da atuação: Peticionamento institucional perante o STF | **Processo/tema:** 8 de janeiro / acesso a clientes e autos / livre exercício profissional | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM requereu ao STF providências para assegurar acesso dos defensores aos constituintes presos, acesso irrestrito aos autos e condições efetivas para apresentação da

defesa. O pedido foi apresentado como medida de proteção das prerrogativas da advocacia criminal e de concretização do contraditório e da ampla defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

9. 20/01/2023 - ConJur noticia atuação da Abracrim em defesa das prerrogativas de advogados de presos em Brasília

Natureza da atuação: Cobertura externa / repercussão da atuação | **Processo/tema:** Pedido da ABRACRIM ao STF após o 8 de janeiro | **Fonte:** Cobertura externa - Consultor Jurídico

O Consultor Jurídico repercutiu a iniciativa da ABRACRIM perante o Supremo em defesa das condições de trabalho dos advogados responsáveis por pessoas presas ou investigadas pelos fatos de 8 de janeiro. A publicação externa demonstra a repercussão pública da atuação institucional da entidade.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

10. 14/03/2023 - Comissão Nacional do Tribunal do Júri da Abracrim anuncia atuação nas discussões sobre o tema no STF e no Congresso Nacional

Natureza da atuação: Organização institucional para atuação perante o STF | **Processo/tema:** Temas relativos ao Tribunal do Júri | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A criação da Comissão Nacional do Tribunal do Júri consolidou uma estrutura especializada para acompanhar e intervir institucionalmente nas discussões constitucionais relacionadas ao Júri perante o Supremo, além do acompanhamento legislativo no Congresso. Trata-se predominantemente de medida de organização e preparação institucional para atuação perante o STF.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

11. 06/04/2023 - Abracrim atua na defesa de advogado ameaçado em Tribunal do Júri no Espírito Santo

Natureza da atuação: Intervenção em caso concreto / atuação no STJ | **Processo/tema:** Segurança da advocacia / Tribunal do Júri / HC no STJ | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM-ES e a Diretoria Nacional apoiaram advogados que se retiraram de julgamento após ameaças à integridade física e a entidade se habilitou em habeas corpus no STJ. A matéria também registra a defesa contra a aplicação judicial de multa por abandono e a mobilização legislativa relacionada ao art. 265 do CPP.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

12. 10/04/2023 - Nota em repúdio a fala do Governador de Mato Grosso que atacou a advocacia criminal sem provas

Natureza da atuação: Manifestação institucional em defesa da advocacia | **Processo/tema:** Estigmatização e criminalização da advocacia criminal | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade repudiou declarações públicas que generalizavam suspeitas contra advogados criminalistas e reafirmou que o exercício da defesa não pode ser confundido com a prática

atribuída ao cliente. O posicionamento inseriu-se no combate à estigmatização e à criminalização indevida da advocacia.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

13. 20/04/2023 - Abracrim participa do Encontro Nacional de Defesa de Prerrogativas em Brasília

Natureza da atuação: Articulação institucional com a OAB | **Processo/tema:** Sistema nacional de defesa de prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A participação da ABRACRIM no encontro nacional promovido pela advocacia organizada reforçou a integração com a OAB e o debate sobre instrumentos de proteção do livre exercício profissional, consolidando a pauta das prerrogativas como eixo permanente de representação institucional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

14. 04/05/2023 - Abracrim encaminha parecer ao STJ sobre a Súmula 231 e os limites da dosimetria da pena

Natureza da atuação: Intervenção técnica perante o STJ | **Processo/tema:** REsp 2.057.181/SE / Súmula 231 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Convidada para audiência pública no STJ, a ABRACRIM encaminhou parecer técnico elaborado por Salo de Carvalho sobre a Súmula 231. A atuação buscou contribuir para a revisão de entendimento com impacto direto no trabalho da defesa e nos princípios da legalidade, individualização e proporcionalidade da pena.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

15. 17/05/2023 - STJ registra participação da Abracrim em audiência pública sobre possível revisão da Súmula 231

Natureza da atuação: Participação em audiência pública no STJ | **Processo/tema:** REsp 2.057.181/SE / Súmula 231 | **Fonte:** Fonte oficial externa - STJ

O Superior Tribunal de Justiça registrou a participação da ABRACRIM, representada na audiência pública por Aury Lopes Jr., no debate sobre a Súmula 231. Trata-se de fonte oficial externa que confirma a inserção da entidade em discussão jurisprudencial de grande relevância para a advocacia criminal.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

16. 15/06/2023 - OAB Amazonas registra mudanças históricas para a advocacia criminal após atuação conjunta com a Abracrim-AM

Natureza da atuação: Articulação institucional estadual | **Processo/tema:** Acesso e condições de trabalho em unidades prisionais no Amazonas | **Fonte:** Fonte oficial externa - OAB Amazonas

A OAB Amazonas divulgou avanços obtidos em articulação com a ABRACRIM-AM e a administração penitenciária, voltados a melhorar o atendimento profissional e o respeito às prerrogativas da advocacia criminal no sistema prisional. A fonte externa registra resultado concreto de atuação institucional conjunta.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

17. 22/06/2023 - Abracrim celebra 30 anos com Carta Aberta em defesa das prerrogativas da advocacia criminal e da democratização da justiça penal

Natureza da atuação: Carta institucional / formulação de agenda nacional |

Processo/tema: Carta de Brasília da ABRACRIM e da Advocacia Criminal Brasileira |

Fonte: Matéria institucional ABRACRIM

A Carta de Brasília, aprovada no EBAC dos 30 anos, sistematizou compromissos da entidade com as prerrogativas profissionais, o modelo acusatório, a paridade de armas, o juiz das garantias e a democratização da Justiça Penal. O documento funciona como marco programático da atuação institucional no período.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

18. 12/09/2023 - Abracrim encaminha expediente à OAB Nacional para criação da Frente Nacional de Defesa da Advocacia Criminal

Natureza da atuação: Articulação institucional e proposição à OAB | **Processo/tema:**

Criminalização da advocacia / honorários / investigações contra defensores | **Fonte:**

Matéria institucional ABRACRIM

A Diretoria Nacional propôs ao Conselho Federal da OAB a criação de uma frente específica para combater abusos envolvendo investigações e denúncias contra advogados criminalistas pelo simples recebimento de honorários ou pela atuação em causas relacionadas a pessoas investigadas por organizações criminosas.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

19. 14/09/2023 - Abracrim pede providências ao CNMP contra promotor que agrediu verbalmente advogada no Amazonas

Natureza da atuação: Pedido de providências perante o CNMP | **Processo/tema:**

Prerrogativas / urbanidade / violência institucional e misoginia | **Fonte:** Matéria

institucional ABRACRIM

A ABRACRIM protocolou pedido de providências no CNMP em defesa da advogada Catharina Estrella, ofendida durante sessão do Tribunal do Júri. A iniciativa exigiu responsabilização funcional e destacou a necessidade de respeito, urbanidade e combate a agressões de caráter misógino contra advogadas criminalistas.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

20. 18/09/2023 - Abracrim 30 anos: uma história que se consolida e o olhar para o futuro

Natureza da atuação: Artigo institucional / memória da atuação | **Processo/tema:** Três

décadas de defesa das prerrogativas e do Estado Democrático de Direito | **Fonte:** Matéria

institucional ABRACRIM

Artigo institucional publicado no aniversário de 30 anos reuniu exemplos históricos de atuação em defesa do livre exercício profissional, contra tentativas de silenciamento e pela proteção da advocacia criminal. O texto contextualiza as iniciativas do período como continuidade da missão estatutária da entidade.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

21. 18/09/2023 - Abracrim publica manifestação em defesa do respeito e da urbanidade aos advogados e advogadas criminalistas que atuam nos julgamentos relacionados ao 8 de janeiro

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** Julgamentos do 8 de janeiro | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade posicionou-se em defesa dos profissionais que exerciam a defesa técnica perante o STF, exigindo respeito, urbanidade e reconhecimento da indispensabilidade da advocacia, especialmente nos julgamentos relacionados aos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

22. 26/09/2023 - Abracrim se posiciona contra julgamentos pelo Plenário Virtual do STF dos réus do 8 de janeiro

Natureza da atuação: Manifestação institucional em defesa de prerrogativas | **Processo/tema:** Julgamentos do 8 de janeiro / Plenário Virtual | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM sustentou que a transferência dos julgamentos para o Plenário Virtual, sem concordância das defesas, poderia atingir prerrogativas profissionais, a sustentação oral, a possibilidade de intervenção pela ordem e o contato direto da advocacia com os julgadores. Defendeu que a utilização do ambiente virtual deveria preservar plenamente o exercício da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

23. 13/11/2023 - Abracrim lança campanha nacional em defesa das prerrogativas da advocacia

Natureza da atuação: Campanha nacional de prerrogativas | **Processo/tema:** Sustentação oral / plenários virtuais / voz da defesa | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A campanha nacional concentrou-se na proteção da sustentação oral e na reação a episódios de cerceamento em tribunais. A ABRACRIM qualificou a sustentação oral como componente da garantia constitucional de defesa e convocou a advocacia para mobilização permanente em favor de sua voz nos julgamentos.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

24. 14/11/2023 - Projeto de lei de iniciativa defendida pela Abracrim que extingue a multa do art. 265 do CPP é aprovado e vai à sanção

Natureza da atuação: Incidência legislativa | **Processo/tema:** PL 4.727/2020 / multa por abandono de processo | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria registra a aprovação do projeto que retira do juiz a imposição sumária da multa do art. 265 do CPP e remete eventual responsabilidade disciplinar ao sistema próprio da OAB. A ABRACRIM apresentou a medida como uma conquista contra mecanismo historicamente apontado como instrumento de constrangimento da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

25. 07/12/2023 - Abracrim celebra criação do Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas

Natureza da atuação: Fortalecimento de mecanismos de proteção profissional | **Processo/tema:** Cadastro Nacional de Violadores de Prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade celebrou a criação, no âmbito da advocacia organizada, de instrumento destinado a registrar violações de prerrogativas e identificar agentes reincidentes. A iniciativa foi destacada como mecanismo de prevenção, memória institucional e responsabilização em defesa do exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

26. 26/12/2023 - Retrospectiva Abracrim 2023

Natureza da atuação: Retrospectiva institucional / fonte consolidada | **Processo/tema:** Ações de 2023 em defesa da advocacia criminal | **Fonte:** Retrospectiva institucional ABRACRIM

A retrospectiva consolida as principais ações de 2023, reunindo campanhas, peticionamentos, intervenções em casos concretos, articulação com OAB, CNMP, STF, STJ e Congresso Nacional. No relatório, é utilizada como fonte de verificação e contextualização, sem duplicar os fatos já individualizados.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

2024

27. 08/01/2024 - Abracrim reforça defesa da democracia e da advocacia criminal em relação aos atos de 8 de janeiro

Natureza da atuação: Manifestação institucional nacional | **Processo/tema:** 8 de janeiro / democracia / garantias da defesa | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

No primeiro aniversário dos atos de 8 de janeiro, a ABRACRIM reiterou o repúdio à violência institucional e, simultaneamente, cobrou observância da Constituição, do devido processo legal e das garantias da defesa nos procedimentos de responsabilização criminal.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

28. 31/01/2024 - Abracrim retoma grupo de trabalho para discutir ações e orientar a advocacia criminal sobre riscos do exercício profissional

Natureza da atuação: Organização institucional / prevenção de violência | **Processo/tema:** Segurança de advogados criminalistas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Diante de episódios de violência e ameaças, a entidade retomou grupo de trabalho para construir protocolos, medidas preventivas e orientações de segurança voltadas a advogados criminalistas. A iniciativa amplia a defesa de prerrogativas para a dimensão da integridade física e da proteção no exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

29. 09/02/2024 - Abracrim protocola manifestação no STF contra veto à comunicação entre advogados de investigados pela Polícia Federal

Natureza da atuação: Peticionamento institucional perante o STF | **Processo/tema:** Investigação da Polícia Federal | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Em atuação direta perante o Supremo, a ABRACRIM pediu revisão de determinação que poderia ser interpretada como impeditiva da comunicação entre advogados de investigados. A entidade sustentou que medidas cautelares impostas aos investigados não poderiam ser automaticamente projetadas sobre seus defensores e que a comunicação entre advogados integra o livre exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

30. 16/02/2024 - Vitória da Advocacia Criminal: STF decide que inexistente proibição à comunicação entre advogados

Natureza da atuação: Resultado de atuação institucional perante o STF | **Processo/tema:** Investigação da Polícia Federal | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Após manifestações da ABRACRIM e do Conselho Federal da OAB, o ministro Alexandre de Moraes esclareceu que não havia proibição ou limitação à comunicação entre advogados e clientes ou entre os próprios defensores. A matéria registra, portanto, resultado concreto associado à intervenção institucional realizada perante o STF em 9 de fevereiro de 2024.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

31. 23/05/2024 - Abracrim entrega à OAB Nacional documento com postulados da advocacia criminal

Natureza da atuação: Interlocação institucional com a OAB | **Processo/tema:** Prerrogativas / direitos humanos / valorização da advocacia criminal | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM entregou ao Conselho Federal da OAB documento com pautas consideradas prioritárias para a advocacia criminal, incluindo valorização profissional e ampla divulgação e proteção das prerrogativas. A iniciativa reforçou a articulação nacional em torno de uma agenda comum de direitos profissionais.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

32. 10/06/2024 - Carta de Vitória defende democratização da justiça criminal e combate à criminalização da advocacia

Natureza da atuação: Carta institucional / agenda nacional | **Processo/tema:** EBAC 2024 / criminalização da advocacia / prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Encerrando o EBAC 2024, a ABRACRIM aprovou a Carta de Vitória, que reuniu propostas pela democratização da Justiça Criminal, contra preconceitos e contra a criminalização de advogados em razão do exercício profissional. O documento posteriormente foi entregue à Presidência do STF e do CNJ.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

33. 13/06/2024 - Parecer encaminhado pela Abracrim é citado em voto no julgamento sobre revisão da Súmula 231 do STJ

Natureza da atuação: Resultado de atuação técnica perante o STJ | **Processo/tema:** Súmula 231 / dosimetria da pena | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria registra que o parecer encaminhado pela entidade ao STJ foi citado pelo relator na discussão sobre a Súmula 231. O episódio demonstra repercussão concreta da contribuição técnica da ABRACRIM em tema jurisprudencial de impacto direto na atuação defensiva.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

34. 18/06/2024 - Abracrim entrega “Carta de Vitória da Advocacia Criminal Brasileira” ao presidente do STF e do CNJ, Luís Roberto Barroso

Natureza da atuação: Interlocação institucional com a Presidência do STF | **Processo/tema:** Carta de Vitória da Advocacia Criminal Brasileira | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade levou diretamente ao então presidente do STF os postulados extraídos do Encontro Brasileiro da Advocacia Criminal, fortalecendo a interlocação institucional da advocacia criminal com a Presidência do Poder Judiciário.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

35. 19/06/2024 - Abracrim elabora Nota Técnica sobre orientação do CNMP relativa a gravações audiovisuais em audiências e sessões do Júri

Natureza da atuação: Nota técnica em defesa de prerrogativas | **Processo/tema:** Gravação audiovisual de atos processuais | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade analisou orientação do CNMP e defendeu o direito de gravação de audiências e sessões sem exigências incompatíveis com a legislação processual. A nota consolidou posição institucional em favor da publicidade, documentação dos atos e proteção da atividade profissional da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

36. 07/08/2024 - Abracrim encaminha manifestação ao STJ contra ampliação de processos submetidos ao julgamento virtual

Natureza da atuação: Manifestação institucional perante o STJ | **Processo/tema:** Julgamentos virtuais / sustentação oral / Emenda Regimental 125 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM manifestou-se contra a ampliação de julgamentos virtuais no STJ sem garantias efetivas de participação da defesa. Sustentou que o simples envio de vídeo não substitui a sustentação oral síncrona nem a possibilidade de interação imediata com os julgadores.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

37. 16/08/2024 - Abracrim manifesta preocupação sobre indícios de ilicitudes quanto ao método e rito estabelecidos para dar base a decisões de ministros do STF e do TSE

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** Atuação STF/TSE | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Em nota institucional, a Associação defendeu apuração rigorosa de notícias relacionadas à produção e circulação de informações entre STF e TSE, destacando a publicidade, transparência, imparcialidade, separação das funções de investigar, acusar e julgar e observância estrita do devido processo legal.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

38. 14/09/2024 - Abracrim publica manifestação sobre decisão do STF pela execução imediata da pena após condenação pelo Tribunal do Júri

Natureza da atuação: Manifestação e acompanhamento de ação constitucional | **Processo/tema:** ADI 6.735 / Tema 1.068 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade criticou a tese firmada pelo Supremo no Tema 1.068 da repercussão geral, reafirmando sua compreensão sobre a presunção de inocência e recordando sua atuação judicial por intermédio da ADI nº 6.735. A matéria informa ainda que a ABRACRIM havia se manifestado nos autos antes da conclusão do julgamento.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

39. 29/10/2024 - Abracrim lança cartilha de protocolos na defesa das prerrogativas e na prevenção da violência contra a mulher

Natureza da atuação: Produção de protocolo institucional | **Processo/tema:** Prerrogativas / prevenção de violência / advocacia feminina | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A cartilha sistematizou protocolos de atuação diante de violações de prerrogativas e situações de violência, com atenção especial às advogadas. A iniciativa transformou experiências institucionais em orientação prática para prevenção, resposta e encaminhamento de ocorrências.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

40. 12/11/2024 - Abracrim participa de audiência pública no STF sobre regulamentação das bets

Natureza da atuação: Participação em audiência pública no STF | **Processo/tema:** ADI 7.721 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade ocupou a tribuna do Supremo na audiência pública referente à ADI nº 7.721, representada pela advogada Maíra Fernandes. A exposição abordou regulamentação dos jogos on-line, prevenção à lavagem de dinheiro, segurança jurídica, legalidade, fiscalização e garantias constitucionais. Trata-se de exemplo de participação da ABRACRIM como representante especializada da advocacia criminal em debate constitucional promovido pela Corte.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

41. 28/11/2024 - Abracrim repudia e adota providências sobre pronunciamento do Procurador-Geral de Justiça de Mato Grosso

Natureza da atuação: Representação e medidas institucionais | **Processo/tema:** Sigilo advogado-cliente / criminalização da advocacia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade reagiu a pronunciamento considerado ofensivo às garantias da advocacia criminal, adotando providências perante órgãos competentes. O caso envolveu a proteção do sigilo profissional, a independência do defensor e a rejeição à associação indevida entre advogado e condutas atribuídas a clientes.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

42. 12/12/2024 - Investigação defensiva como prerrogativa: OAB aprova proposta apoiada pela Abracrim para inclusão no Estatuto da Advocacia

Natureza da atuação: Articulação institucional e proposição normativa | **Processo/tema:** Investigação defensiva / Estatuto da Advocacia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM apoiou proposta aprovada pelo Conselho Federal da OAB para reconhecer expressamente a investigação defensiva como prerrogativa profissional. A iniciativa busca fortalecer a paridade de armas e assegurar meios próprios de produção e obtenção de elementos informativos pela defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

43. 12/12/2024 - OAB reconhece trabalho da Abracrim na defesa da advocacia e na proposição de projeto de lei sobre sustentação oral no plenário virtual

Natureza da atuação: Articulação institucional OAB/CNJ/Congresso | **Processo/tema:** Resolução CNJ 591/2024 / sustentação oral síncrona | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria registra o reconhecimento, no Conselho Federal da OAB, da contribuição da ABRACRIM na defesa da sustentação oral em julgamentos virtuais. Também documenta a atuação conjunta para questionar a Resolução CNJ 591/2024 e a formulação de proposta legislativa destinada a preservar a participação oral da advocacia.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

44. 12/2024 - Abracrim: Mais de três décadas defendendo a advocacia criminal e a democracia

Natureza da atuação: Cobertura externa / entrevista institucional | **Processo/tema:** Revista Justiça em Foco - edição 143, dezembro de 2024 | **Fonte:** Cobertura externa - Revista Justiça em Foco

A edição 143 da revista Justiça em Foco, de dezembro de 2024, trouxe publicação dedicada à trajetória da ABRACRIM, destacando mais de três décadas de defesa da advocacia criminal, das prerrogativas profissionais e da democracia. O dia exato de publicação não é informado no arquivo; por isso, o registro é ordenado no mês de dezembro.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

45. 26/12/2024 - Retrospectiva Abracrim 2024

Natureza da atuação: Retrospectiva institucional / fonte consolidada | **Processo/tema:** Ações de 2024 em defesa da advocacia criminal | **Fonte:** Retrospectiva institucional ABRACRIM

A retrospectiva reúne as ações de 2024 e confirma a continuidade da atuação da entidade em temas de prerrogativas, julgamento virtual, gravação de audiências, criminalização da advocacia, diálogo com OAB, STF, STJ, CNJ e outras instituições. É utilizada como fonte consolidada, sem dupla contagem de fatos individualizados.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

2025

46. 08/01/2025 - Abracrim publica manifesto sobre o 8 de janeiro e reafirma compromisso com a democracia e a advocacia criminal

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** Julgamentos e investigações do 8 de janeiro | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

O manifesto fez um balanço da atuação institucional desenvolvida perante o STF no contexto das investigações e julgamentos dos fatos de 8 de janeiro, reafirmando simultaneamente o repúdio aos ataques às instituições e a necessidade de observância do devido processo legal, da ampla defesa, do contraditório e das prerrogativas dos defensores. O documento registra expressamente o encaminhamento de manifestações ao Supremo durante o período.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

47. 24/01/2025 - Abracrim repudia resolução do STJ que limita a voz da advocacia em julgamentos virtuais

Natureza da atuação: Manifestação institucional perante o STJ e CNJ | **Processo/tema:** Resolução STJ 3/2025 / julgamentos virtuais / sustentação oral | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade contestou norma do STJ sobre sessões virtuais por entender que o modelo reduzia a efetividade da sustentação oral e a interação com os julgadores. A matéria também registra Pedido de Providências no CNJ contra a Resolução 591/2024, mantendo a mobilização nacional em defesa da oralidade.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

48. 30/01/2025 - CNJ suspende prazos da Resolução 591/2024 e Abracrim mantém defesa da sustentação oral síncrona

Natureza da atuação: Acompanhamento e resultado parcial de atuação institucional | **Processo/tema:** Resolução CNJ 591/2024 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A suspensão dos prazos de implementação da Resolução 591/2024 foi recebida como avanço parcial, mas a ABRACRIM reiterou que continuaria buscando a preservação da sustentação oral em tempo real. A publicação recompõe as manifestações já encaminhadas ao STJ e ao CNJ.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

49. 13/02/2025 - Abracrim intensifica mobilização nacional sobre impactos da Resolução 591/2024 do CNJ

Natureza da atuação: Mobilização nacional de prerrogativas | **Processo/tema:** Sustentação oral / Resolução CNJ 591/2024 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM ampliou a mobilização nacional contra limitações à sustentação oral síncrona e convocou profissionais de todo o país para participar da campanha. O foco foi demonstrar que a voz da advocacia e a interação em tempo real integram o exercício efetivo da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

50. 16/04/2025 - Abracrim se posiciona contra decisões que negam intimação de testemunhas de defesa

Natureza da atuação: Manifestação institucional em defesa da paridade de armas | **Processo/tema:** Art. 396-A do CPP / testemunhas de defesa | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade criticou decisões que condicionam ou negam a intimação de testemunhas indicadas pela defesa, apontando violação à paridade de armas, ao contraditório e à ampla defesa. A nota reafirma a disposição institucional de atuar quando práticas judiciais restrinjam garantias essenciais ao exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

51. 16/04/2025 - “Justiça Não se Faz em Silêncio”: campanha reforça a importância da sustentação oral síncrona

Natureza da atuação: Campanha nacional de prerrogativas | **Processo/tema:** Resolução CNJ 591/2024 / sustentação oral ao vivo | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A campanha nacional “Justiça Não se Faz em Silêncio” organizou a mobilização pública da ABRACRIM em defesa da sustentação oral presencial ou por videoconferência em tempo real. A iniciativa reuniu informações, depoimentos e argumentos contra a substituição automática da fala síncrona por vídeos gravados.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

52. 23/04/2025 - Abracrim contesta vedação ao uso de celulares por advogados em sessão do STF

Natureza da atuação: Comunicação institucional em defesa de prerrogativas | **Processo/tema:** Primeira Turma do STF | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A Associação dirigiu comunicado ao ministro Cristiano Zanin, então presidente da Primeira Turma, contestando a determinação de lacração de celulares de advogados durante sessão de julgamento. Argumentou que os dispositivos são instrumentos de trabalho e solicitou revisão da medida, além de fundamentação e proporcionalidade em futuras restrições que repercutam sobre o exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

53. 09/05/2025 - Abracrim solicita ingresso como amicus curiae em caso sobre testemunhos indiretos no Tribunal do Júri

Natureza da atuação: Pedido de ingresso como amicus curiae | **Processo/tema:** RE 1.501.524 / Tema 1.392 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade requereu habilitação no RE nº 1.501.524 - Tema 1.392 da repercussão geral, relativo à possibilidade de decisão de pronúncia fundada em testemunhos indiretos ou de “ouvir dizer”. A ABRACRIM defendeu a necessidade de provas juridicamente válidas para submissão do acusado ao Júri, além do direito à apresentação de parecer técnico e sustentação oral.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

54. 14/05/2025 - Vitória da advocacia criminal: decisão garante inspeção alternativa para advogadas grávidas em presídios do RS

Natureza da atuação: Atuação em prerrogativas de advogadas | **Processo/tema:** Acesso a unidades prisionais / proteção à gestante | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria registra resultado favorável à adoção de procedimento de inspeção alternativo para advogadas grávidas no acesso a estabelecimentos prisionais no Rio Grande do Sul, conciliando segurança institucional com dignidade, saúde e pleno exercício das prerrogativas profissionais.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

55. 28/05/2025 - Abracrim participa do Encontro Nacional de Prerrogativas da OAB Nacional

Natureza da atuação: Articulação institucional com a OAB | **Processo/tema:** Agenda nacional de prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A presença da ABRACRIM no encontro promovido pelo Conselho Federal da OAB reforçou a cooperação entre entidades na formulação de respostas a violações de prerrogativas e no aperfeiçoamento dos mecanismos nacionais de proteção da advocacia.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

56. 11/07/2025 - Juízes sem rosto de Santa Catarina? Não admitiremos

Natureza da atuação: Artigo técnico-institucional | **Processo/tema:** Resolução TJSC 7/2025 / juiz natural / defesa | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Artigo assinado por dirigentes e juristas vinculados à ABRACRIM criticou a criação da Vara Estadual de Organizações Criminosas em Santa Catarina e o modelo de magistrados sob anonimato, apontando riscos ao juiz natural, à imparcialidade, à publicidade e às condições de atuação da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

57. 21/07/2025 - Abracrim aponta inconstitucionalidade e pede ao CNJ anulação de resolução do TJSC que cria vara de organizações criminosas

Natureza da atuação: Procedimento de Controle Administrativo no CNJ | **Processo/tema:** Resolução TJSC 7/2025 / “juiz sem rosto” | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM protocolou PCA no CNJ, com pedido liminar, contra a Resolução 7/2025 do TJSC. Sustentou violação ao juiz natural, à imparcialidade, à publicidade e ao devido processo legal, além de riscos concretos à atuação da advocacia criminal em processos de organizações criminosas.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

58. 24/07/2025 - A inconstitucionalidade da Vara Estadual de Organizações Criminosas em Santa Catarina: juízes sem rosto e riscos à defesa e à democracia

Natureza da atuação: Artigo técnico / suporte ao debate institucional | **Processo/tema:** Resolução TJSC 7/2025 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Artigo publicado no portal da entidade aprofundou os fundamentos constitucionais da crítica ao modelo catarinense, relacionando a identidade do julgador e a publicidade do processo às garantias de contraditório, ampla defesa e controle da imparcialidade.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

59. 08/08/2025 - Abracrim afirma que alterações do TJ-SC em resolução do “juiz sem rosto” não afastaram riscos à advocacia criminal

Natureza da atuação: Acompanhamento de Procedimento de Controle Administrativo | **Processo/tema:** Resoluções TJSC 7/2025 e 23/2025 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Após alterações promovidas pelo TJSC, a ABRACRIM sustentou que permaneciam vícios relevantes e riscos ao direito de defesa. A manifestação documenta o acompanhamento contínuo do PCA no CNJ e a avaliação técnica das mudanças normativas implementadas pelo tribunal.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

60. 26/08/2025 - Abracrim é homenageada com Voto de Aplauso na Câmara Municipal de João Pessoa

Natureza da atuação: Reconhecimento institucional | **Processo/tema:** Advocacia livre e defesa das prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A Câmara de João Pessoa reconheceu a atuação da entidade em sessão dedicada à advocacia livre e à defesa das prerrogativas. O registro é incluído como repercussão institucional da agenda desenvolvida pela ABRACRIM, e não como medida processual autônoma.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

61. 28/08/2025 - Abracrim participa de desagravo público em Pernambuco em defesa de advogados expulsos de unidade policial

Natureza da atuação: Desagravo e defesa de prerrogativas em caso concreto | **Processo/tema:** Acesso a unidade policial / exercício profissional | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM participou, ao lado da OAB, de desagravo em favor de advogados criminalistas expulsos de unidade policial em Vitória de Santo Antão. O ato reafirmou que o atendimento a clientes e o exercício regular da defesa em ambiente policial não podem ser obstados por autoridades.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

62. 09/09/2025 - Ato Presidencial nº 61/2025 designa representação da Abracrim perante o Legislativo para defesa de prerrogativas

Natureza da atuação: Organização institucional para incidência legislativa | **Processo/tema:** Prerrogativas / PL 2.646/2025 e matérias correlatas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM formalizou representação institucional voltada ao acompanhamento legislativo de matérias com impacto sobre a advocacia criminal. O ato reforçou a estratégia de incidência no Congresso em projetos capazes de ampliar ou restringir prerrogativas profissionais.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

63. 16/09/2025 - Abracrim acompanha oitiva de associado vítima de suposta violação de prerrogativas no Maranhão

Natureza da atuação: Acompanhamento e representação em caso concreto | **Processo/tema:** Prerrogativas / Maranhão | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade acompanhou formalmente o desdobramento de denúncia de violação de prerrogativas contra associado no Maranhão, demonstrando atuação de assistência institucional e monitoramento de providências em casos concretos envolvendo o exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

64. 17/09/2025 - 32 anos de protagonismo da Abracrim na defesa da advocacia criminal

Natureza da atuação: Memória institucional / consolidação histórica | **Processo/tema:** Defesa das prerrogativas / trajetória institucional | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A publicação de aniversário reuniu marcos da atuação da ABRACRIM em defesa das prerrogativas, da independência profissional e das garantias constitucionais, servindo como fonte histórica de contextualização das iniciativas registradas no levantamento.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

65. 19/09/2025 - Após solicitação da Abracrim, OAB-SP promove desagravo em favor da advogada Juliana Jordão Baier de Azevedo

Natureza da atuação: Desagravo e defesa de prerrogativas | **Processo/tema:** Atuação profissional de advogada criminalista | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A OAB-SP realizou desagravo após solicitação da ABRACRIM em favor de advogada criminalista que relatou violação a suas prerrogativas. O episódio demonstra o uso da articulação com a Ordem como instrumento de resposta institucional a constrangimentos profissionais.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

66. 27/09/2025 - Abracrim oficia parlamentares e cobra respeito às prerrogativas durante sessões da CPMI do INSS

Natureza da atuação: Incidência perante o Congresso Nacional | **Processo/tema:** CPMI do INSS / tratamento da advocacia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade encaminhou ofícios a parlamentares após episódios considerados desrespeitosos à advocacia em sessões da CPMI do INSS. Reafirmou a indispensabilidade do defensor e exigiu respeito às prerrogativas mesmo em ambientes de investigação parlamentar.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

67. 06/10/2025 - Abracrim é admitida como amicus curiae em julgamento sobre o direito ao silêncio no STF

Natureza da atuação: Atuação como amicus curiae | **Processo/tema:** RE 1.177.984/SP / Tema 1.185 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

O STF admitiu a Associação no RE nº 1.177.984/SP - Tema 1.185 da repercussão geral, relativo à necessidade de comunicação ao cidadão do direito ao silêncio e à não autoincriminação desde a abordagem policial. A atuação concentra-se na efetividade do nemo tenetur se detegere, do devido processo legal e da dignidade humana.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

68. 08/10/2025 - Abracrim ingressa com ADPF no STF para garantir a efetividade da lei federal que permite gravação de audiências pela advocacia

Natureza da atuação: Controle concentrado de constitucionalidade | **Processo/tema:** ADPF - gravação de audiências | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM ajuizou Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental, com pedido de liminar, contra restrições criadas pela Resolução Conjunta nº 645/2025 do CNJ e CNMP à gravação audiovisual de audiências e procedimentos extrajudiciais. A entidade invocou legalidade, publicidade, contraditório, ampla defesa e prerrogativas da advocacia, requerendo a suspensão da eficácia da resolução.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

69. 15/10/2025 - Abracrim-ES lança campanha contra a criminalização da advocacia e em defesa das prerrogativas profissionais

Natureza da atuação: Campanha estadual de prerrogativas | **Processo/tema:** Criminalização da advocacia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A representação capixaba lançou campanha para esclarecer que a atuação em defesa de investigados ou acusados não pode ser confundida com adesão às condutas imputadas ao cliente. A ação reforçou nacionalmente a pauta de combate à criminalização do exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

70. 20/10/2025 - Abracrim participa de solenidade de lançamento das ações do plano Pena Justa na Paraíba e entrega a Carta de João Pessoa da Advocacia Criminal ao presidente do STF

Natureza da atuação: Interlocução institucional com a Presidência do STF e do CNJ | **Processo/tema:** Plano Pena Justa / Carta de João Pessoa da Advocacia Criminal | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM participou, no Tribunal de Justiça da Paraíba, da solenidade de lançamento das ações estaduais do plano Pena Justa, iniciativa voltada ao aprimoramento da política criminal e do sistema prisional. Na ocasião, o presidente nacional da entidade entregou ao presidente do STF e do CNJ, ministro Edson Fachin, a Carta de João Pessoa da Advocacia Criminal, contendo postulados e deliberações do XIV Encontro Brasileiro da Advocacia Criminal. A Associação também reiterou pedido de audiência institucional e apresentou proposta de realização do evento “ABRACRIM NO STF”, reforçando a interlocução permanente com a Suprema Corte e o compromisso com a qualificação da advocacia criminal, as prerrogativas profissionais e o Estado Democrático de Direito.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

71. 10/11/2025 - Abracrim denuncia abusos e defende prerrogativas após prisão de advogados em Manaus

Natureza da atuação: Intervenção em caso concreto / defesa institucional | **Processo/tema:** Prisão de advogados / Manaus | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM reagiu à prisão de profissionais da advocacia em Manaus, denunciando possíveis abusos e exigindo respeito às garantias específicas do exercício profissional. A atuação insere-se no eixo de resposta imediata a medidas estatais que possam atingir indevidamente a função defensiva.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

72. 21/11/2025 - Abracrim critica monitoramento entre advogado e constituinte previsto no PL 5.582/2025

Natureza da atuação: Incidência legislativa / manifestação institucional | **Processo/tema:** Sigilo advogado-cliente / PL 5.582/2025 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade criticou proposta legislativa que admitia monitoramento de comunicações ou contatos entre advogado e constituinte, apontando ameaça ao sigilo profissional e à confiança indispensável à defesa técnica. A manifestação reivindicou salvaguardas explícitas para a advocacia criminal.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

73. 25/11/2025 - Abracrim-RS atua para garantir prerrogativas após negativa de adiamento de audiência a advogado internado

Natureza da atuação: Intervenção judicial em caso concreto | **Processo/tema:** Saúde do advogado / adiamento de audiência / prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A representação gaúcha atuou diante da negativa de adiamento de audiência apesar da internação do advogado responsável pela defesa. A iniciativa buscou impedir que a condição de saúde do profissional resultasse em prejuízo à defesa e ao direito de escolha do constituinte.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

74. 28/11/2025 - Abracrim lança campanha nacional de fortalecimento institucional e valorização da advocacia criminal

Natureza da atuação: Campanha nacional | **Processo/tema:** Valorização profissional / defesa de prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A campanha reforçou a imagem pública da advocacia criminal, o papel constitucional do defensor e a necessidade de união institucional diante de tentativas de deslegitimação ou constrangimento do exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

75. 28/11/2025 - Abracrim-MT publica nota de repúdio após fala do governador Mauro Mendes criminalizando a advocacia criminal

Natureza da atuação: Manifestação estadual em defesa da advocacia | **Processo/tema:** Criminalização da advocacia / Mato Grosso | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM-MT repudiou declarações que, em sua avaliação, associavam indevidamente a advocacia criminal aos crimes atribuídos a clientes. A nota reafirmou a independência técnica do defensor e o princípio de que representar alguém em processo penal não significa compartilhar sua conduta.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

76. 26/12/2025 - Retrospectiva Abracrim 2025

Natureza da atuação: Retrospectiva institucional / fonte consolidada | **Processo/tema:** Ações de 2025 em defesa da advocacia criminal | **Fonte:** Retrospectiva institucional ABRACRIM

A retrospectiva de 2025 reúne as principais iniciativas do ano, incluindo mobilização pela sustentação oral, atuação no CNJ, agravos, casos concretos de violação, posicionamentos legislativos e campanhas contra a criminalização da advocacia. É utilizada como fonte consolidada e de conferência cronológica.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

77. 08/01/2026 - Abracrim reafirma compromisso com a democracia e a independência institucional

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** 8 de janeiro / instituições republicanas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

No terceiro aniversário dos atos de 8 de janeiro, a entidade reiterou simultaneamente a defesa da ordem constitucional e das instituições republicanas e a exigência de respeito ao devido processo legal, contraditório, ampla defesa e prerrogativas da advocacia criminal. Trata-se de posicionamento institucional, e não de nova medida processual perante o STF.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

78. 13/02/2026 - Abracrim divulga manifesto formal contra ameaças e ataques a advogados em Brasília

Natureza da atuação: Manifestação e proteção institucional em caso concreto | **Processo/tema:** Ameaças e violência contra advogados criminalistas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Em manifesto datado de 11 de fevereiro e publicado no dia 13, a entidade repudiou ameaças e ataques direcionados a advogados no exercício profissional e cobrou atuação das autoridades para proteção dos defensores, reforçando que intimidação da advocacia compromete o próprio direito de defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

79. 27/02/2026 - Abracrim celebra 135 anos do STF e reforça devido processo legal e respeito às prerrogativas da advocacia criminal

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** STF / devido processo / prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Ao celebrar a trajetória do STF, a ABRACRIM vinculou a legitimidade da jurisdição constitucional à observância do devido processo legal e das prerrogativas profissionais, reiterando que respeito às instituições e fiscalização crítica de seus atos são dimensões complementares do Estado de Direito.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

80. 12/03/2026 - Ato Presidencial Nacional nº 06/2026 cria Núcleo Estratégico de Amicus Curiae

Natureza da atuação: Estruturação institucional para litigância estratégica | **Processo/tema:** Amicus curiae / precedentes relevantes | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade criou núcleo especializado para identificar processos relevantes, preparar pedidos de ingresso e coordenar intervenções como amicus curiae. A medida institucionaliza a participação técnica da ABRACRIM em precedentes capazes de impactar garantias da defesa e prerrogativas profissionais.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

81. 14/04/2026 - Abracrim ingressa no STF com ADI contra a Lei Antifacção

Natureza da atuação: Controle concentrado de constitucionalidade | **Processo/tema:** ADI 7.956 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A Associação ajuizou, com pedido cautelar, ação direta contra dispositivos da Lei nº 15.358/2026, posteriormente identificada no STF como ADI nº 7.956. A entidade questionou, entre outros pontos, tipos penais considerados vagos, endurecimento da execução penal, monitoramento das comunicações advogado-cliente, prisão preventiva automatizada, bloqueios e perda antecipada de bens, alterações relativas ao Tribunal do Júri e outras medidas consideradas incompatíveis com garantias constitucionais.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

82. 16/04/2026 - Nova diretoria da Abracrim-SP prioriza defesa das prerrogativas e atuação contra julgamentos virtuais

Natureza da atuação: Articulação estadual e atuação perante o CNJ | **Processo/tema:** Resolução CNJ 591/2024 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A nova gestão paulista anunciou como prioridade a defesa das prerrogativas e a reação ao modelo de julgamentos virtuais assíncronos, com atuação articulada para excluir processos criminais de regimes que, segundo a entidade, esvaziam a oralidade e a interação entre defesa e julgadores.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

83. 28/04/2026 - Abracrim atua no CNMP e no CNJ em defesa das prerrogativas e do Estado de Direito

Natureza da atuação: Atuação simultânea perante CNMP e CNJ | **Processo/tema:** Caso Catharina Estrella / Resolução TJSC 7/2025 | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria registra duas frentes simultâneas: no CNMP, o procedimento disciplinar decorrente das ofensas à advogada Catharina Estrella; no CNJ, o PCA contra a resolução do TJSC sobre a Vara Estadual de Organizações Criminosas e o modelo de “juiz sem rosto”. O episódio evidencia atuação coordenada nos órgãos de controle.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

84. 28/04/2026 - Vitória da advocacia criminal: atuação da Abracrim resulta em punição no CNMP por ofensas misóginas contra advogada

Natureza da atuação: Resultado de pedido de providências no CNMP | **Processo/tema:** Caso Catharina Estrella | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

O desfecho do procedimento originado após a atuação de 2023 foi apresentado pela entidade como vitória no combate a ofensas misóginas e ao desrespeito à advocacia em plenário do Júri. O resultado demonstra continuidade entre representação institucional e responsabilização posterior.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

85. 12/05/2026 - STJ afasta sanção judicial contra advogados e reforça independência da defesa

Natureza da atuação: Precedente judicial relevante às prerrogativas | **Processo/tema:** RMS 75.248/RS / competência disciplinar da OAB | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM destacou precedente do STJ que afastou sanção judicial contra advogados e reafirmou a competência do sistema disciplinar da OAB. O julgamento foi valorizado como proteção à independência técnica da defesa e como limite a punições impostas pelo próprio juízo durante o exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

86. 29/05/2026 - Abracrim protocola pedido contra a Resolução 591 no CNJ e requer exclusão dos processos criminais dos julgamentos virtuais

Natureza da atuação: Pedido de Providências perante o CNJ | **Processo/tema:** Resolução CNJ 591/2024 / processos criminais / sustentação oral | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade requereu ao CNJ revisão da Resolução 591/2024 e exclusão dos processos criminais do regime assíncrono, defendendo sessões presenciais ou telepresenciais. A petição enfatizou oralidade, contraditório, interação em tempo real e o impacto direto desses julgamentos sobre a liberdade dos acusados.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

87. 30/05/2026 - Manifestação institucional da Abracrim na defesa do associado Talvane Robson Mota de Moura

Natureza da atuação: Defesa institucional em caso concreto | **Processo/tema:** Criminalização do exercício profissional | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM publicou manifestação em defesa de associado, ressaltando a necessidade de distinguir atos legítimos de advocacia de condutas criminosas e de preservar presunção de inocência, sigilo profissional e independência técnica enquanto eventuais fatos fossem apurados pelas vias legalmente adequadas.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

88. 15/06/2026 - Abracrim participa de sessão do Conselho Federal da OAB e da I Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas

Natureza da atuação: Participação institucional na agenda nacional da OAB | **Processo/tema:** I Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas da Advocacia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM participou da agenda institucional do Conselho Federal da OAB e da primeira conferência nacional dedicada especificamente a direitos e prerrogativas. A presença consolidou a integração da entidade aos debates nacionais sobre criminalização da advocacia e proteção do exercício profissional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

89. 17/06/2026 - Abracrim reforça protagonismo na defesa das prerrogativas durante a 1ª Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas da Advocacia Brasileira

Natureza da atuação: Participação em conferência nacional de prerrogativas | **Processo/tema:** Criminalização da advocacia / sistema de prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

No painel sobre criminalização da advocacia, a ABRACRIM defendeu o aperfeiçoamento permanente do sistema de prerrogativas, com foco na proteção do profissional contra intimidações e responsabilizações indevidas pelo exercício legítimo da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

90. 17/06/2026 - OAB Nacional registra debate sobre criminalização da advocacia com participação da Abracrim

Natureza da atuação: Cobertura oficial externa | **Processo/tema:** I Conferência Nacional dos Direitos e Prerrogativas | **Fonte:** Fonte oficial externa - OAB Nacional

O portal do Conselho Federal da OAB registrou o debate sobre criminalização da advocacia e os desafios profissionais durante a conferência nacional, confirmando a participação da ABRACRIM no painel. A publicação constitui fonte externa oficial para a atuação institucional da entidade.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

91. 24/06/2026 - Abracrim institui Observatório das Prerrogativas e lança Painel Nacional das Prerrogativas

Natureza da atuação: Estrutura permanente de monitoramento | **Processo/tema:** Observatório das Prerrogativas / Painel Nacional / tecnologia e IA | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A entidade criou o Observatório das Prerrogativas da Advocacia Criminal e lançou painel tecnológico para registrar ocorrências, acompanhar violações, identificar padrões e subsidiar respostas institucionais. A iniciativa transforma a defesa de prerrogativas em atividade estruturada de monitoramento nacional apoiada por tecnologia e inteligência artificial.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

92. 14/07/2026 - Abracrim impetra habeas corpus coletivo no TJCE e é habilitada como amicus curiae no STJ em discussão sobre gravação de atendimentos entre advogados e clientes

Natureza da atuação: Habeas corpus e amicus curiae | **Processo/tema:** Sigilo advogado-cliente / gravação de atendimentos / STJ | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM combinou atuação no TJCE e no STJ para proteger condições de exercício profissional e o sigilo das comunicações entre advogado e cliente. A matéria registra habeas corpus coletivo e admissão como amicus curiae em debate nacional sobre gravação de atendimentos em ambiente prisional.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

93. 12/08/2026 - Abracrim realiza visita institucional à Secretaria da Justiça e Segurança Pública do Amapá

Natureza da atuação: Interlocação institucional estadual | **Processo/tema:** Segurança pública / condições de atuação da advocacia criminal | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Em visita institucional no Amapá, a entidade levou pautas da advocacia criminal às autoridades de segurança pública e reforçou a necessidade de diálogo permanente para prevenir violações, assegurar acesso profissional e resolver questões práticas que afetam o exercício da defesa.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

94. 24/08/2026 - Abracrim participa de audiência pública no STF sobre a Lei Antifacção

Natureza da atuação: Participação em audiência pública no STF | **Processo/tema:** ADI 7.956 e ações correlatas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A matéria anunciou a participação da entidade na audiência convocada pelo Supremo para subsidiar o julgamento das ações contra a Lei nº 15.358/2026, entre elas a ADI nº 7.956, ajuizada pela própria ABRACRIM. A atuação representou desdobramento direto da iniciativa de controle concentrado proposta em abril.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

95. 25/08/2026 - Abracrim defende garantias constitucionais em audiência pública no STF sobre a Lei Antifacção

Natureza da atuação: Participação em audiência pública no STF | **Processo/tema:** ADI 7.956 e ações correlatas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Na audiência pública, o presidente nacional da ABRACRIM apresentou as razões da entidade sobre a constitucionalidade da legislação, defendendo que o necessário enfrentamento ao crime organizado permaneça submetido aos limites constitucionais. Foram abordados especialmente execução penal, perspectiva de ressocialização, prisão preventiva, proporcionalidade e garantias fundamentais. A audiência destinava-se a subsidiar o julgamento de quatro ADIs, incluindo a ADI nº 7.956 da ABRACRIM.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

96. 01/09/2026 - Setembro Abracrim: celebração de 33 anos de história, união e fortalecimento da advocacia criminal

Natureza da atuação: Memória institucional e mobilização | **Processo/tema:** 33 anos / defesa das prerrogativas | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A publicação dos 33 anos recorda a fundação da entidade em 17 de setembro de 1993 e sintetiza sua trajetória como associação nacional voltada à defesa e ao fortalecimento da advocacia criminal. Reafirma as prerrogativas profissionais como uma das características permanentes de sua atuação.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

97. 02/09/2026 - Abracrim defende a preservação da credibilidade do STF e posiciona-se pelo afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes

Natureza da atuação: Manifestação institucional relacionada ao STF | **Processo/tema:** Preservação da credibilidade institucional do STF | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Em manifestação institucional subscrita pela estrutura nacional da entidade, a ABRACRIM defendeu apuração rigorosa, célere e transparente de fatos divulgados pela imprensa envolvendo o ministro, respeito ao devido processo legal e, como medida voltada à preservação da confiança institucional, seu afastamento cautelar durante a apuração. Nesse momento, tratava-se de posicionamento institucional divulgado publicamente, posteriormente formalizado perante a Presidência do STF.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

98. 03/09/2026 - ConJur: Abracrim-SP vê julgamentos virtuais como reducionismo do direito de defesa

Natureza da atuação: Cobertura externa / entrevista | **Processo/tema:** Julgamentos virtuais / sustentação oral | **Fonte:** Cobertura externa - Consultor Jurídico

O Consultor Jurídico publicou entrevista com a presidência da ABRACRIM-SP sobre os impactos dos julgamentos virtuais na defesa criminal. A publicação externa amplia a repercussão da mobilização da entidade contra modelos assíncronos que reduzam a sustentação oral e a interação com os julgadores.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

99. 03/09/2026 - Julgamentos virtuais representam retrocesso ao direito de defesa, afirma presidente da Abracrim-SP

Natureza da atuação: Manifestação pública / repercussão externa | **Processo/tema:** Resolução CNJ 591/2024 / julgamentos virtuais | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

Entrevista repercutida pelo portal da ABRACRIM retomou a crítica aos julgamentos assíncronos em matéria criminal e à substituição da sustentação oral por gravação, reforçando a agenda mantida pela entidade desde 2024 em defesa da oralidade e da participação efetiva do defensor.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

100. 04/09/2026 - Abracrim lança campanha em defesa da Constituição, das instituições republicanas e do Estado Democrático de Direito

Natureza da atuação: Campanha e mobilização institucional | **Processo/tema:** Constituição, instituições republicanas e democracia | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A campanha nacional foi lançada no contexto da crise institucional envolvendo o Supremo e buscou mobilizar a advocacia criminal em torno da supremacia constitucional, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da preservação da credibilidade das instituições republicanas. Embora relacionada diretamente ao debate sobre o STF, é uma ação de mobilização e comunicação institucional, não um ato processual.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

101. 04/09/2026 - Abracrim protocola manifestação no STF pedindo apuração rigorosa e afastamento cautelar do ministro Alexandre de Moraes

Natureza da atuação: Peticionamento institucional perante o STF | **Processo/tema:** Manifestação dirigida à Presidência do STF | **Fonte:** Matéria institucional ABRACRIM

A ABRACRIM formalizou perante o presidente do STF, ministro Edson Fachin, seu posicionamento institucional sobre os fatos divulgados envolvendo o ministro Alexandre de Moraes e o banqueiro Daniel Vorcaro. O documento requereu providências institucionais e apuração rigorosa, célere e transparente, defendendo ao final o afastamento cautelar do ministro enquanto os fatos fossem esclarecidos, sem prejuízo do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Trata-se da formalização perante o STF da posição tornada pública dois dias antes.

Matéria/Fonte: [Acessar publicação](#)

5. ANÁLISE INSTITUCIONAL

O levantamento ampliado mostra que a defesa das prerrogativas deixa de aparecer apenas como reação pontual a episódios de constrangimento e passa a compor uma política institucional multicanal. A ABRACRIM combina atuação judicial, participação em órgãos de controle, incidência legislativa, articulação com a OAB, mobilização pública e assistência em casos concretos.

O STF permanece como espaço central, sobretudo em temas constitucionais e de grande repercussão penal, mas o material evidencia presença relevante no STJ, CNJ e CNMP. No STJ, destacam-se discussões sobre dosimetria, julgamentos virtuais, sanções contra advogados e sigilo de atendimentos. No CNJ, sobressaem a Resolução 591/2024 e o questionamento do modelo de “juiz sem rosto”. No CNMP, o caso Catharina Estrella demonstra continuidade entre reação institucional, procedimento disciplinar e resultado posterior.

Um dos eixos mais consistentes é a defesa da sustentação oral e da participação síncrona da advocacia nos julgamentos. A sequência formada pela campanha de 2023, pela reação aos julgamentos virtuais no STJ, pela Resolução CNJ 591/2024, pela mobilização “Justiça Não se Faz em Silêncio” e pelo novo pedido protocolado no CNJ em maio de 2026 revela uma agenda permanente, e não uma ação isolada.

Outro eixo é o combate à criminalização da advocacia. As publicações registram manifestações contra discursos que confundem o defensor com o acusado, atuação diante de prisões ou investigações de advogados, proteção do sigilo profissional e incidência sobre propostas legislativas capazes de atingir a comunicação advogado-cliente. Esse núcleo aparece tanto em documentos nacionais como em ações estaduais.

A criação de estruturas permanentes em 2026 representa evolução organizacional relevante. O Núcleo Estratégico de Amicus Curiae amplia a capacidade de intervenção em precedentes; o Observatório das Prerrogativas e o Painel Nacional convertem informações dispersas em sistema de monitoramento e análise; e a participação em conferências e articulações com a OAB reforça uma rede institucional de prevenção e resposta.

6. EIXOS CENTRAIS DA ATUAÇÃO

Defesa direta das prerrogativas - livre comunicação com clientes, acesso a unidades policiais e prisionais, respeito em audiências e sessões, uso de instrumentos profissionais, sigilo e proteção contra sanções ou constrangimentos indevidos.

Oralidade e sustentação oral - oposição à substituição automática da fala ao vivo por vídeos gravados, defesa de sessões presenciais ou telepresenciais síncronas e mobilização contra julgamentos virtuais que reduzam a participação da defesa.

Combate à criminalização da advocacia - rejeição à equiparação entre advogado e cliente, proteção de honorários e sigilo, agravos e manifestações em defesa de profissionais investigados, presos, ameaçados ou publicamente estigmatizados pelo exercício da profissão.

Litigância e participação qualificada - ações constitucionais, habeas corpus, amicus curiae, audiências públicas, memoriais, pareceres, pedidos de providências e procedimentos de controle administrativo.

Incidência legislativa e normativa - acompanhamento de projetos de lei, proposições à OAB, questionamento de resoluções administrativas e formulação de agendas programáticas para a advocacia criminal.

Monitoramento, prevenção e tecnologia - grupos de trabalho, cartilhas, protocolos de segurança, Observatório das Prerrogativas e Painel Nacional com registro e análise de violações.

Democracia e Estado de Direito - defesa simultânea das instituições republicanas, da Constituição, do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa e da indispensabilidade da advocacia.

7. CONCLUSÃO

O conjunto de 101 registros permite caracterizar a atuação da ABRACRIM na defesa das prerrogativas como contínua, nacional e institucionalmente diversificada. O levantamento reúne medidas processuais, administrativas, legislativas, políticas institucionais, campanhas e respostas a casos concretos, demonstrando presença em múltiplos níveis do sistema de Justiça.

A cronologia também evidencia amadurecimento do modelo de atuação. A entidade não apenas reage a violações já consumadas, mas busca prevenir riscos, produzir parâmetros técnicos, participar da formação de precedentes e criar estruturas permanentes de monitoramento e coordenação. A defesa de prerrogativas aparece, assim, vinculada à proteção do direito de defesa do cidadão e à própria legitimidade democrática do processo penal.

A preservação dos registros externos - Consultor Jurídico, Migalhas, Superior Tribunal de Justiça, OAB, OAB Amazonas e revista Justiça em Foco - permite visualizar não apenas o que a entidade publica sobre sua própria atuação, mas também a repercussão e confirmação institucional de parte dessas iniciativas. As retrospectivas anuais, por sua vez, funcionam como fontes consolidadoras da memória institucional.

Esta versão preserva integralmente as 26 ocorrências do relatório anterior sobre a atuação perante o Supremo Tribunal Federal e incorpora as matérias adicionais encaminhadas para atualização, inclusive a nota de 8 de janeiro de 2023, a campanha nacional de prerrogativas de 13 de novembro de 2023, a edição 143 da revista *Justiça em Foco*, a cobertura do Consultor Jurídico de 20 de janeiro de 2023, as retrospectivas de 2023, 2024 e 2025, a publicação dos 33 anos da ABRACRIM, a Conferência Nacional de Prerrogativas, a atuação simultânea no CNMP/CNJ e a criação do Observatório das Prerrogativas e do Painel Nacional.

A matéria de 18 de setembro de 2023 sobre respeito e urbanidade nos julgamentos do 8 de janeiro já integrava o levantamento anterior e, por isso, foi mantida uma única vez. Também não se repetiu nenhum endereço eletrônico idêntico. Quando uma mesma iniciativa gerou publicação própria sobre o protocolo, outra sobre o resultado e uma terceira em fonte externa, elas foram mantidas separadamente por documentarem momentos ou funções diferentes.

A varredura na internet priorizou publicações com relação objetiva à defesa de prerrogativas, livre exercício profissional, direito de defesa ou instrumentos permanentes de proteção da advocacia criminal. O levantamento é documental e institucional; não pretende substituir pesquisa processual certificada em cada órgão nem afirmar exaustividade absoluta sobre toda publicação já existente na internet.

É a Abracrim sempre em ação na defesa da advocacia criminal brasileira e do Estado Democrático de Direito.